



FONASC.CBH

Fórum Nacional da Sociedade Civil nos
Comitês de Bacias Hidrográficas

www.fonasc-cbh.org.br

MMA/Departamento: CNRH	
Nº 014043 / 2015-00	
Data 29-05-15	Rubrica 72

Ofício 027/2015

Cuiabá/MT, 25 de maio de 2015

ILMO SR SECRETARIO NACIONAL DE RECURSOS HIDRICOS

DD SECRETARIO DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HIDRICOS

BRASILIA DF

Prezado Senhor,

ASSUNTO- ENCAMINHAMENTO DE PROPOSTA DE DELIBERACAO DE MOCAO AO EXMO GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DR PEDRO TAQUES solicitando providencias junto a Sema-mt quanto ao claro conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP, Plano este coordenado pela ANA,

Prezado Senhor,

Nos termos do Artigo 10 do Regimento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos estamos encaminhando a V.Sa. para deliberação nesse Egrégio Colegiado -PROPOSTA DE DELIBERACAO DE MOCAO AO EXMO GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO DR Pedro Taques solicitando providencias junto a SEMA MT quanto ao claro conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP, Plano este coordenado pela ANA,

DA RELEVANCIA

A relevância dessa matéria se revela também em consonância com os PROGRAMAS- II Desenvolvimento institucional da gestão integrada de recursos hídricos – organização e apoio ao SINGREH - e PROGRAMA III – Desenvolvimento e Implantação dos Instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos – Sub - Programa III.6 – Plano de Recursos hídricos.

Pois se trata da necessidade de correção de grave conflito de interesses evidenciado na adoção de condutas por parte da SEMA MT quando da instituição da representação dos segmentos sociais e econômicos representativos do Mato Grosso na composição do Grupo de



www.fonasc-cbh.org.br

Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP, Plano este coordenado pela ANA, considerado como fase fundamental para o cumprimento da norma legal que institui os instrumentos e as instancias de Gestão das Águas bem como base PARA o futuro Comitê Federal da bacia hidrográfica do Alto Paraguai.

ESCOPO DO CONTEUDO NORMATIVO

As iniciativas para realização do PLANO DE BACIA DO RIO PARAGUAI foram desencadeadas através dos esforços da representação da sociedade civil e demais importantes atores sociais da Região e o Governo Federal que se materializou na edição da Resolução do CNRH no. 152 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013 PUBLICADA NO DOU em 19.02.2014. Este, decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e a constituição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai nos termos do seu artigo 1º. .

Esta resolução por sua vez, estabeleceu nos seus artigos 2 e anexo , que a composição do Grupo de Acompanhamento para implementação de Planos de Bacias de Rios Federais se daria na forma do artigo 5 da resolução no 145 que definiu a competência do órgãos gestores estaduais e conselhos estaduais de recursos hídricos para adoção do processo de indicação dos membros desses dos grupos de acompanhamento e que a composição do mesmo deveria ser formada pelos diversos segmentos representativos da sociedade indicado pelos seus respectivos pares no âmbito do Conselho estadual de Recursos Hídricos, buscando uma representação similar A PRECONIZADA PARA OS Comitês de Bacias conforme disposto no inciso 2 desse artigo .

Por sua vez, a própria lei 9433- no seu artigo 47, o Decreto 4.613 , e demais normativos infra constitucionais que norteiam o princípio descentralizador e da cogestão dos processos decisórios nos colegiados de gestão das águas no país, define claramente os segmentos que compõem esses organismos colegiados, expressando e assinalando os segmentos que os compõem que são os entes governo, setor produtivo e organizações da sociedade civil, não dando margem a interpretações que fundamentem a dupla representação nesses colegiados.

DOS FATOS –

O ferimento desses preceitos se constituiu em grave distorção desencadeada pelos agentes públicos da SEMA MT agredindo princípios legais da gestão dos recursos hídricos quando, por ocasião do cumprimento dessa resolução no âmbito do Estado, encaminhou procedimentos equivocados que permitiu que os representantes da sociedade civil, (ABES), Sra. Suzan Lannes e a do Setor de Pesca, Turismo e Lazer, Sra. Leonice Lotufo, que são também funcionárias da SEMA-MT, fossem membros dessa comissão de acompanhamento do Plano de Bacia do Rio Paraguai ao arrepio do cumprimento de princípios basilares que norteiam a

definição e procedimentos de eleição de representantes da sociedade civil em colegiados de políticas públicas das águas conforme legislação acima citada.

Da mesma forma, detecta-se outra grave distorção na definição da representação do Setor de Pesca, Turismo e Lazer, uma vez que não houve consulta, por parte do CEHIDRO-MT, às várias entidades do setor, como Federação de Pescadores de Mato Grosso, Colônias de Pescadores, associações de empresários de Turismo de Pesca, Turismo Ecológico do Estado, etc. reiterando a indicação de uma agente pública do governo do estado.

Foi apresentado pelo Sr. Nédio Pinheiro – Superintendente de Recursos Hídricos e Secretário-Executivo do CEHIDRO-MT, na ocasião do questionamento do FONASC Pantanal via mensagem eletrônica (com cópia para Va. Exa.), uma carta enviada pelo SINGTUR-MT (Sindicato dos Guias de Turismo de Mato Grosso - Ofício nº 0092/2014), que indicava a Sra. Lotufo para ocupar o cargo, porém sem a devida comprovação de tal indicação por parte do Pleno deste Conselho e de seu segmento, como se pode constatar na Ata da 50ª Reunião CEHIDRO, de 02/06/2014. A indicação da ABES como decisão do Pleno consta da Ata em questão. Desta forma, não questionamos a indicação da ABES como membro da Sociedade Civil, uma vez que foi aprovada pelo CEHIDRO, mas sim o nome de uma pessoa da ABES que também é funcionária da SEMA-MT. Um claro conflito de papéis contrariando o equilíbrio da representação numa instância de gestão pública que exige autenticidade do papel do representante dos interesses de um segmento sócio econômico claramente definido em lei.

Vale dizer que a conduta deste Senhor não tem sido proativa e sim focando em práticas pouco condizentes com os princípios da gestão das águas impedindo a verdadeira participação social e obstruindo avanços necessários para que a mesma se efetive na política pública das águas no Estado do MT de maneira democrática.

Questionamos também a indicação de um representante do Setor de Pesca, Turismo e Lazer sem a devida consulta e divulgação a um grande número de associações ligadas ao Setor e ainda ao fato da indicação não ter passado pela aprovação do Pleno do CEHIDRO, além do fato da atual representante também ser funcionária da SEMA-MT.

Além do mais, tal procedimento também fere competências estabelecidas na legislação que rege a atuação dos servidores públicos quando se verifica nesse caso, a tentativa de legitimação de um agente público como representante do setor privado e ao mesmo tempo do setor público em outra instância pública sem a anuência dos seus pares e



www.fonasc-cbh.org.br

desequilibrando o quórum para decisões que devem ser negociadas e pactuadas por atores claramente politicamente caracterizados.

IMPACTOS E CONSEQUENCIAS ESPERADOS E SETORES A SEREM AFETADOS PELA APROVACAO DA MATERIA.

Antes de se adotar outras providencias de socorrer-se ao judiciário a representação das organizações civis no CNRH apela preventivamente e administrativamente ao CNRH para que se digne adotar providências para correção e restauração do principio de legalidade no que se refere a indicação de membros do Grupo de Acompanhamento do Plano de Bacia do Rio Paraguai no âmbito da política de gestão das águas do Estado do Mato Grosso que deve prover-se de atos legais dos gestores públicos corretos e coerentes em assuntos decididos pelo pleno do CNRH.

A aprovação da MOCAO restaurará o principio de legalidade que fundamenta os atos dos Agentes públicos além de frear condutas que agredem frontalmente a soberania do CNRH que tomou uma DECISAO Soberana e fundada na legislação e que está sendo frontalmente agredida pelos normativos da SEMA MT e o CERH MT.

A moção em tela aqui proposta poderá evitar desgastes desnecessários na relação Estado Sociedade Civil Organizada no âmbito da construção do PRH da Bacia do Rio Paraguai e concorrerá para o incentivo de praticas politicas democráticas na e entre os entes participantes dos esforços para implementação deste Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e a constituição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai nos termos da legislação e de forma não desrespeitosa a inteligência dos cidadãos envolvidos e preocupados com o futuro das águas da Bacia do Rio Paraguai.

Nestes termos, aguardamos vossas providencias e encaminhamentos no âmbito das instancias de decisão do CNRH nos termos regimentais a MINUTA DE PROPOSTA DE MOCAO conforme anexo.

Conselheiro,

JOAO CLIMACO SOARES DE MENDONCA FILHO
CONSELHEIRO REP DAS ORG CIVIS NO CNRH

CC Nédio Pinheiro - Superintendente de Recursos Hídricos – SMEA –MT e Secretário-Executivo do CEHIDRO-MT
Dr. André Luís de Almeida - MPE – MT



www.fonasc-cbh.org.br

Minuta

MOCAO No ...de.....

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH , no uso de suas competências que lhe são conferidas pela lei 9433 de 8 de janeiro de 1977, regulamentada pelo Decreto no. 2.612 de 3 de junho de 1998 , pela Lei no. 9984 de 17 de julho de 2000, e pelo disposto em seu Regimento Interno , aprovado pela Portaria no. 407 , de .. e

Considerando a resolução 145 do Conselho, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e da outras providencias,

Considerando a resolução 152 e seu anexo que decide pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da região Hidrográficas do Rio Paraguai e a constituição de Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai.

Considerando o disposto nos PROGRAMAS II-Desenvolvimento institucional da gestão integrada de recursos hídricos – organização e apoio ao SINGREH - e PROGRAMA III – Desenvolvimento e Implantação dos Instrumentos da Gestão de Recursos Hídricos – Sub - Programa III.6 – Plano de Recursos hídricos.

Considerando o conflito de interesses evidenciado na adoção de condutas por parte da SEMA MT quando da instituição da representação dos segmentos sociais e econômicos representativos do Mato Grosso na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP,

Considerando que a execução desse plano este sendo coordenado pela ANA, considerado como fase fundamental para o cumprimento da norma legal que institui os instrumentos e as instancias de Gestão das Águas bem como base PARA o futuro Comitê Federal da bacia hidrográfica do Alto Paragua.

Considerando que as iniciativas para realização do PLANO DE BACIA DO RIO PARAGUAI foram desencadeadas através dos esforços da representação da sociedade civil e demais importantes atores sociais da Região da Bacia do Rio Paraguai no CNRH que ^decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e a constituição do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai nos termos do seu artigo 1º. Da Resolução 152..

Considerando que esta resolução por sua vez, estabeleceu nos seus artigos 2 e anexo , que a composição do Grupo de Acompanhamento da implementação de Planos de Bacias de Rios Federais se daria na forma do artigo 5 da resolução no 145 que definiu a competência do



www.fonasc-cbh.org.br

órgãos gestores estaduais e conselhos estaduais de recursos hídricos para adoção do processo de indicação dos membros dos grupos de acompanhamento e que os mesmos deverão ser formada pelos diversos segmentos representativos da sociedade indicado pelos seus respectivos pares no âmbito dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos nos termos do inciso 2 desse artigo .

Considerando que foi detectado grave distorção desencadeada pelos agentes públicos da SEMA MT que por ocasião do cumprimento dessa resolução 159 no âmbito do Estado encaminhou procedimentos equivocados que permitiu que os representantes da sociedade civil, (ABES), Sra. Suzan Lannes e a do Setor de Pesca, Turismo e Lazer, Sra. Leonice Lotufo, que são também funcionárias da SEMA-MT, fossem membros dessa comissão de acompanhamento.

Considerando que tal iniciativa se deu ao arrepio do cumprimento de princípios basilares que norteiam a definição e procedimentos de eleição de representantes da sociedade civil em colegiados de políticas públicas das águas conforme legislação.

Considerando que da mesma forma foi detectado outra grave distorção na definição da representação do Setor de Pesca, Turismo e Lazer, uma vez que não houve consulta, por parte do CEHIDRO-MT, às várias entidades do setor, como Federação de Pescadores de Mato Grosso, Colônias de Pescadores, associações de empresários de Turismo de Pesca, Turismo Ecológico, etc.

Considerando que foram feitos encaminhamentos junto a SEMA MT especialmente a Superintendência de Recursos Hídricos e Secretário-Executivo do CEHIDRO-MT, com questionamento do FONASC Pantanal via mensagem eletrônica (com cópia para Va. Exa.) sobre essa situação

Considerando que a SEMA e a Superintendência de Recursos Hídricos e Secretário-Executivo do CEHIDRO-MT, respondeu nossas indagações nos remetendo uma carta enviada pelo SINGTUR-MT (Sindicato dos Guias de Turismo de Mato Grosso - Ofício nº 0092/2014), que indicava a Sra. Lotufo para ocupar o cargo, porém sem a devida corroboração de tal indicação por parte do Pleno deste Conselho e de seu segmento, como se pode constatar na Ata da 50ª Reunião CEHIDRO, de 02/06/2014.

Considerando que a indicação da ABES como decisão do Pleno consta da Ata em questão e que não questionamos a indicação da ABES como membro da Sociedade Civil, uma vez que foi aprovada pelo CEHIDRO, mas sim o nome de uma pessoa da ABES que também é funcionária da SEMA-MT.

Considerando que também a indicação de um representante do Setor de Pesca, Turismo e Lazer sem a devida consulta e divulgação a um grande número de associações ligadas ao Setor



e ainda ao fato da indicação não ter passado pela aprovação do Pleno do CEHIDRO, além do fato da atual representante também ser funcionária da SEMA-MT.

Considerando a necessidade de iniciativas do Governo do estado do Mato Grosso no sentido de restaurar o princípio de legalidade e transparência que deve reger os atos dos agentes públicos.

Considerando que tal procedimento também fere competências estabelecidas na legislação que rege a atuação dos servidores públicos quando se verifica nesse caso, a tentativa de legitimação de um agente publico no exercício de cargo publico como representante do setor privado sendo o mesmo, ao mesmo tempo, representante do setor publico em outra instancia publica sem a anuência dos seus pares e desequilibrando o quórum para decisões que devem ser negociadas e pactuadas por atores claramente politicamente caracterizados nos colegiados de gestão dos recursos hídricos.

Considerando, A NECESSIDADE DE se evitar desgastes desnecessários na relação Estado Sociedade Civil Organizada no âmbito da construção do PRH da Bacia do Rio Paraguai e o incentivo de praticas politicas democráticas na e entre os entes participantes dos esforços para implementação deste Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai e do Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH Paraguai nos termos da legislação. Resolve..

RECOMENDAR AO EXMO SR GOVERNADOR DO ESTADO DO MATO GROSSO, providencias junto a SEMA – MT quanto ao claro conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai - GAP, Plano este coordenado pela ANA ora em execução naquele Estado .